

## Conferencia de Imprensa

1. A Comissão Política do PAICV reuniu-se no dia 9 de Outubro, para apreciar as acções desenvolvidas depois do VIII Congresso, definir as estruturas da sua organização e aprovar um programa de trabalho para o trimestre que acaba de iniciar.
2. A CP apreciou uma informação prestada pelo Presidente do Partido sobre os encontros havidos com os titulares dos órgãos de soberania, com as embaixadas sediadas na Praia, com as confissões religiosas e associações patronais e sindicais. Relevou o facto de o VIII Congresso ter sido reconhecido pelas personalidades contactadas como um marco importante no percurso político do Partido. Estas personalidades reconheceram ainda que das mensagens saídas do Congresso ficou claro que o nosso Partido é um partido coeso, tolerante, maduro e democrático.
3. A CP congratulou-se com o facto de o VIII Congresso ter constituído um autêntico acto de valorização política e moral do Partido.
4. Em resultado dos trabalhos, a Comissão Política ficou organizada em 6 Comissões Especializadas. Foram criados ainda 5 Grupos de Trabalho. Por seu lado, a Comissão Permanente ficou estruturada em 7 Secretarias dirigidas por igual número de Secretários. Foram indicados os coordenadores das Comissões Especializadas e distribuídas aos membros da CP, tarefas para o acompanhamento político das organizações a nível dos Concelhos. Fez-se o mesmo em relação aos membros do Conselho Nacional. O objectivo a atingir é o envolvimento do maior número possível de quadros e dirigentes nas actividades partidárias e na dinamização das suas estruturas.
5. A CP recomendou à Comissão Permanente o acompanhamento atento da abertura do ano escolar assim como do trabalho a nível do poder autárquico, quer os municípios dirigidos pelo Partido quer os municípios onde nos encontramos na oposição. Por fim, aprovou um programa de apoio e de visitas às organizações concelhias do Partido.
6. Mereceram atenção da Comissão Política, duas situações que considerou de interesse imediato:
7. Assim, debruçou-se sobre **o fenómeno das profanações dos locais de culto da Igreja Católica** e, especialmente, sobre os casos que tiveram lugar no último fim de semana. Considera que os actos de profanação dos locais de culto católicos, para além de constituírem uma ofensa grave, desrespeito e agressão moral a todos os católicos, estão a pôr em causa a harmonia e a estabilidade da nossa sociedade criando um clima de suspeição geral cujas consequências não se pode prever. *É bom que se entenda isto.* Por outro lado, o que realmente, a sociedade cabo-verdeana



- precisa é de paz e de tranquilidade para poder ter forças para enfrentar com chances de sucesso os problemas sérios que actualmente, enfrenta.
8. Estamos diante de actos de violência gratuita, de vandalismo, de destruição de bens e de ofensa a uma instituição religiosa respeitável cujos crentes constituem a maioria da população cabo-verdiana. Os seus autores são criminosos e, como tal, devem ser combatidos.
  9. Pelos resultados que temos à vista, a conclusão que se pode chegar é que a questão tem sido tratada com muita falta de seriedade e de rigor e com muito pouco profissionalismo, colocando hoje, toda gente, à mercê de irresponsáveis cujas verdadeiras intenções se desconhece. A realidade é que a Polícia e o Governo mostram-se impotentes para encontrar uma solução e a sociedade sente-se desprotegida, insegura e sem meios para enfrentar a situação existente.
  10. Ninguém deve ficar indiferente a esta situação na medida que estão em causa valores importantes. É a liberdade religiosa que está ameaçada; é o espírito de tolerância que está sendo posto em causa; é harmonia na sociedade cabo-verdiana que corre riscos; é o são convívio entre nós que está em perigo. No nosso entender, é importante que todos se unam contra aqueles que estão apostados na nossa desunião e na desestabilização da nossa sociedade.
  11. É urgente encontrar-se a forma de acabar de vez com as profanações aos locais de culto da Igreja Católica.
  12. Por tudo isto, deixamos um apelo ao Governo para que sejam tomadas medidas adequadas e urgentes para um combate eficaz a estes actos criminosos.
  13. Quanto ao nosso posicionamento, estamos disponíveis para discutir directamente com o Governo esta questão. Consideramos errado e insuficiente fazer o seu tratamento só através da comunicação social, como tem acontecido, porque o que está em jogo é a estabilidade da nossa sociedade, a segurança de bens, alguns valiosos, a segurança dos cidadãos assim como a protecção de direitos de pessoas e de instituições. É uma matéria em relação à qual julgamos ser útil encontrar-se um consenso entre o Governo e a oposição.
  14. **A segunda questão refere-se à problemática da convertibilidade do escudo cabo-verdiano.** Sobre esta questão, a CP considera que está sendo tratada de uma forma simplista e redutora. Tem sido tratada essencialmente, através da imprensa, num estilo de ante-estreia, sem informações e dados concretos e suficientes. Quando os resultados dos estudos ainda não são conhecidos, a opinião pública é confrontada com declarações da mais diversa índole e algumas delas até contraditórias.
  15. Nestas circunstâncias, urge prestar informações fundamentadas e fornecer os dados necessários. Acontece que os próprios empresários e importadores nacionais desconhecem o que se passa. Não dispõem

nem de informações nem de dados indispensáveis para poderem ter uma ideia de como organizar e perspectivar os seus negócios. Tudo está no ar ou no segredo dos deuses.

16. Exigimos que o Governo em vez de estar a fazer campanha, que informe ao país do que verdadeiramente está a passar:

- Que diga claramente que tipo de convertibilidade iremos ter?
- Quais as restrições que serão impostas ao país, em matéria de política cambial, monetária e orçamental, no âmbito do Acordo Monetário a assinar com Portugal ?
- Quais serão as exigências do Tesouro português para garantir o financiamento de um eventual déficit da balança de pagamentos de Cabo Verde?
- Se haverá ou não perda de autonomia nas políticas monetária e cambial?
- Quais serão <sup>os</sup> critérios macro-económicos de enquadramento do processo de convertibilidade?
- Se haverá ou não desvalorização do escudo cabo-verdiano na decorrência deste processo de ligação ao escudo português?
- Resumindo queremos ser informados do alcance da convertibilidade e dos seus custos.

17. Insistimos que é preciso que o Governo diga aos empresários e trabalhadores cabo-verdianos, o que está a negociar; quais as obrigações que vai assumir; o que vamos receber de bom mas também o que vamos pagar.

10 de Outubro de 1997